

Do Problema da “Raça” às Políticas de Ação Afirmativa

Maria Nilza da Silva e Pires Laranjeira¹

A Raça²: um problema social no século XIX

No século XIX, o Brasil foi considerado um laboratório para cientistas do mundo inteiro que se preocupavam com a temática racial. Vivenciava-se um contexto em que a ciência estava voltada para a perspectiva darwinista, evolucionista e poligenista. A existência de várias raças era justificada pela antropologia física, e, não somente por isso, mas também pela mentalidade vigente quanto às raças, acreditava-se na existência de raças superiores e inferiores. A ciência justificou e norteou o comportamento racista, difundindo idéias como a necessidade de proteção contra o contágio das raças consideradas inferiores.

Também havia a preocupação com algo que era comum no Brasil: a mistura das raças, ou seja, a mestiçagem. Para alguns, o contato entre diferentes raças resultava num povo “desequilibrado e decaído”, tornando-se necessária a preservação das “raças puras”. Para outros, a raça superior era a ariana, a que devia ser protegida da mistura com

¹ Maria Nilza da Silva é Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Pires Laranjeira é diretor do Mestrado de Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora, doutorado em Negritude Africana de Língua Portuguesa, investigador do Centro de Literatura Portuguesa e Professor Associado da Universidade de Coimbra.

² As raças “são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da Sociologia ou das Ciências Sociais”. GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. “Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia”. *Educação e Pesquisa*, jan./jun. 2003, vol.29, no.1, p.93-107.

outras raças e, neste caso, previa-se a gradual eliminação dos indivíduos pertencentes às raças inferiores ou dos mestiços.

É nesse contexto que a idéia de nação brasileira estava se formando e havia a preocupação de que ela se livrasse do mal que estava na sua raiz: a presença das raças consideradas inferiores. O objetivo era que o país pudesse desenvolver-se e fazer parte do processo civilizatório mundial.

Os políticos, os médicos, os bacharéis, que tinham muita influência nos destinos da sociedade, preocupavam-se com a mácula ou o lado ruim do brasileiro, temendo *influências negativas* nos destinos da nação. Nessa perspectiva, o empenho em eliminar aquilo que, segundo as idéias dominantes, *inferiorizou* o povo brasileiro ganhou força e resultou numa política aberta de defesa do *embranquecimento*.

Lília Schwarcz, em artigo³, cita algumas idéias correntes difundidas por pessoas destacadas no final do século XIX e início do século XX sobre o “problema racial brasileiro”, destacando que a mestiçagem, era considerada como um problema nacional capaz de retardar o desenvolvimento do país.

O antropólogo Roquete Pinto⁴, presidente do Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, previa que em 2012, o país não teria mais nenhum negro e nenhum índio. A população seria predominantemente branca, representando 80% e os mestiços seriam apenas 20%. O “branqueamento” seria a solução para o Brasil. É nesse contexto e com esse teor que a temática racial, hoje considerada por muitos como um tabu, era debatida nos meios políticos, econômicos e outros. Pois, tratava-se de um problema da nação brasileira. Desde então, a ideologia do branqueamento foi-se desenvolvendo.

³ SCHWARCZ, Lília. “Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil”. In VILLA LOBOS, Gláucia e GONÇALVES, Marco A. (orgs.) *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995, p. 177-191.

⁴ SCHWARCZ, Lília. “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade”. In *História da vida privada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 177.

O branqueamento como solução

A preocupação com o “branqueamento” não significava apenas a preocupação com a cor, com a necessidade da “limpeza” da raça, mas com a exclusão daquele que representava o não-desenvolvimento e a não-civilização, o negro. Afinal, o país teria de fazer parte do circuito internacional de crescimento.

A inquietação em resolver o problema do “negro” traduz-se em ações para eliminar aquele que causava desconforto. No âmbito das áreas urbanas em consolidação, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, inicia-se o processo de retirada do ex-escravo daqueles espaços considerados privilegiados e de maior visibilidade das cidades. O estudo iconográfico de Carlos José Ferreira dos Santos⁵ apresenta a tentativa dos fotógrafos do final do século XIX e início do século XX de esconder os negros do contexto social. As fotografias da cidade de São Paulo procuravam mostrar uma cidade harmoniosa, em primeiro plano e, em quase todas as fotos, quando os negros apareciam, não estavam presentes no eixo central da imagem ou apareciam na penumbra.

Raquel Rolnik⁶, arquiteta e estudiosa da cidade de São Paulo, mostra que a política higienista estava presente também no planejamento urbano da cidade no início do século XX, quando, em nome da “limpeza”, retiraram-se os moradores negros da região central, sendo afastados dos lugares considerados nobres, que deviam ser reservados à elite paulistana, sobretudo daqueles territórios em que havia maior concentração de ex-escravos, nos chamados quilombos urbanos:

⁵ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

⁶ ROLNIK, Raquel. “Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n^o 17, 1989, Rio de Janeiro, p. 29-41.

Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação do código de posturas municipal em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros da cidade: as quituteiras devem sair porque ‘atrapalham o trânsito’; os mercados devem ser transferidos porque ‘afrontam a cultura e conspurcam a cidade’; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural’. [...] A operação limpeza foi implacável: para a construção da Praça da Sé e remodelação do Largo Municipal, os cortiços, hotéis e pensões das imediações foram demolidos. Está ligado a esse processo de ‘limpeza’ do Centro a expansão e consolidação do Bixiga como território negro em São Paulo” (ROLNIK, 1989, p. 32-33;34).

Na cidade de São Paulo foram criadas áreas exclusivas para abrigar a elite paulistana, como os Champs Elisées, os bairros paulistanos dos Campos Elíseos (hoje, já não mais com este *status*), o Higienópolis, os Jardins, a Avenida Paulista etc. Segundo Maura Vêras⁷, a separação que se processava estava baseada no princípio que consistia em “afastar e desinfetar” a pobreza.

Na Contramão: *Casa Grande & Senzala*

Enquanto muitos se preocupavam em esconder o mestiço e o negro na sociedade brasileira, na contramão, Gilberto Freyre⁸, em seu livro, *Casa Grande & Senzala*, publicado em 1933, no Brasil, e traduzido

⁷ VÊRAS, Maura Pardini Bicudo. *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações no espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. 1991, Tese (doutorado em Ciências Sociais) PUC/SP, São Paulo.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 12ª ed., Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

em vários países, mostra a existência de um país mestiço e, por isso, segundo ele, extraordinário, porque representava uma resposta para o mundo que vivia em crise com os conflitos étnico-raciais.

A mensagem de Freyre era que os negros e brancos, apesar de pequenos contratemplos, viviam em harmonia. No texto, o autor resgatava a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira, contrariando a corrente que afirmava que o povo brasileiro era degenerado por causa da mestiçagem. Ele pregava exatamente o contrário: a mestiçagem gerou um país mais harmônico, porque contava com a contribuição de muitos povos, mostrando a influência exercida por todos na língua portuguesa, na alimentação, no cotidiano... Enfim, *Casa Grande & Senzala* tornou-se a excepcional resposta, não somente para o Brasil, mas para o mundo que vivenciava os conflitos étnico-raciais. Freyre apresentava um país em que esse tipo de conflito estava praticamente ausente. No Brasil, imperava a cordialidade do povo vivenciada numa *democracia racial*.

Os Estudos da UNESCO

Em 1950, a Conferência Geral da UNESCO, realizada em Florença, na Itália, decidiu financiar pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, inspirada pelo médico e antropólogo brasileiro Arthur Ramos⁹. Sob a influência do livro de Freyre, o objetivo era mostrar ao mundo o exemplo de paz entre as raças. O país era considerado o “laboratório de civilização” e poderia, portanto, oferecer uma resposta

⁹ Arthur Ramos, em 1949 assume o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e delinea um plano para a realização de estudos antropológicos e sociológicos no Brasil, mas morre no mesmo ano sem ver sua intenção realizada. Cf.: CHOR MAIO, Marcos. “O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO”. História, Ciência e Saúde, vol. V (2), julho-outubro 1998, p. 375-413.

às questões sobre a vivência entre os diferentes grupos étnico-raciais, e, sobretudo, serviria de modelo contra as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, suscitadas pela questão racial.

Foram, então, selecionados pesquisadores de diferentes regiões do país. Destacam-se as pesquisas realizadas por Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oracy Nogueira, em São Paulo, Luiz Aguiar Costa Pinto, no Rio de Janeiro, e Thales de Azevedo, em Salvador. Contudo, o resultado das pesquisas mostrou o contrário do que se pretendeu: havia diferenças e conflitos raciais no Brasil. As desigualdades de oportunidades foram salientadas, tendo sido ressaltado o aspecto econômico como o principal problema resultante delas.

A seguir, destacam-se alguns problemas apresentados nos estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre o negro em São Paulo.

Fernandes, para mostrar a importância da cor na definição do “lugar social”, analisa o período da escravidão; para ele, a cor vai continuar definindo as posições na sociedade brasileira nas décadas de 1950, o que ocorre ainda em nossos dias:

De um lado, ela (a cor) permitia distinguir os indivíduos, por meio de caracteres exteriores, de acordo com sua posição na estrutura social. De outro, funcionava como um núcleo de condensação e de ativação de uma série de forças sociais, que mantinham a unidade e a estabilidade da ordem vigente. Pensamos, assim, que não foi por acaso que a cor foi selecionada cultural e socialmente como marca racial [...]. Passou a indicar mais do que uma diferença física ou uma desigualdade social: a supremacia das raças brancas, a inferioridade das raças negras e o direito natural dos membros daquelas de violarem o seu próprio código ético, para explorar outros seres humanos. (FERNANDES, in FERNANDES e BASTIDE, 1955, p. 71).

A análise de Bastide mostra a exclusão do negro no sistema educacional, a dificuldade de ser “tolerado” mesmo em cursos noturnos;

a violência sofrida pela criança negra no interior das escolas, e, quando o negro conseguia permanecer na escola, apesar do ambiente hostil, o diploma não representava possibilidade de ascensão social, como o era para as pessoas brancas:

Os colégios religiosos, como o ‘des Oseaux, ou de l’Assomption’ que, são ‘elegantes’, destinados à educação das meninas da elite, barram a entrada dos seus externados e, com mais forte razão, dos internatos, a todos os elementos de cor, mesmo aos mulatos. Não aceitam senão famílias da ‘alta’, as que se jactam, com ou sem razão, da pureza do seu sangue (BASTIDE, in FERNANDES e BASTIDE, 1955, p. 179).

Com a criação dos cursos noturnos, vemos aumentar o número de pretos nas universidades. Mas é evidente que um certo número de brancos toleram com irritação esse transtorno da sociedade tradicional (BASTIDE, in FERNANDES e BASTIDE, 1955, p. 143).

[...] essas brigas nas quais os meninos brancos fazem sentir ao negro a diferença de pele, explicam o horror da criança de cor pela escola e levam os pais a afastar os filhos. É a primeira barreira informal. É preciso energia para transpô-la. Sobretudo, da parte dos pais de cor... (BASTIDE, in FERNANDES e BASTIDE, 1955, p. 143).

O diploma não confere automaticamente um meio de ascensão social [...], se o preto não tiver um padrinho branco influente para protegê-lo. Mas um título universitário qualquer confere ao seu portador, perante os brancos, certas vantagens honoríficas; ‘é um preto formado’, que rompeu assim com certas pretensas características da sua raça, que se aproximou do branco, de quem o branco espera, nesta ou naquela situação, um comportamento idêntico ao seu próprio (BASTIDE, in FERNANDES e BASTIDE, 1955, p. 133).

Sobre o período de transição para uma sociedade livre da escravidão, Bastide analisa a realidade ligada ao mercado de trabalho para o ex-escravo:

Em conexão com a desorganização do trabalho escravo e com a desintegração da ordem escravocrata, processou-se a eliminação parcial do negro no sistema de trabalho. As oportunidades surgidas com a instituição do trabalho livre foram aproveitadas pelos imigrantes e pelos então chamados ‘trabalhadores nacionais’, geralmente ‘brancos’, ou ‘mestiços’ [...], que construíram sob o regime servil uma camada social ‘livre’, mas dependente e sem profissão definida. Em resumo, com o desaparecimento da escravidão o elemento negro perdera a posição no sistema econômico de São Paulo [...]. O regime de trabalho que se construía através da escravidão ruía completamente, destruindo-se com ele todos os ajustamentos sociais criados anteriormente entre brancos e negros, senhores e escravos (BASTIDE, in FERNANDES e BASTIDE, 1955, p. 48, 49, 50).

As dificuldades vivenciadas pelo negro no período pós-abolição e analisadas por Fernandes e Bastide continuam ainda hoje. A sociedade brasileira ainda não conseguiu ver o negro como pessoa com igualdade de direitos e deveres. É como se existissem cidadãos de primeira e cidadãos de segunda categoria, colocando-se a população negra nesta segunda categoria. Cabe destacar que, apesar dos avanços produzidos sobre o conhecimento da população negra no Brasil, Bastide e Fernandes não criticam o sistema social vigente como o responsável pelas dificuldades experienciadas pelo negro; é como se o próprio indivíduo fosse responsável pela situação em que se encontrava porque não se havia se adaptado à sociedade moderna que emergia. Esta idéia continua presente na sociedade atual.

Os Estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva

Representando também um marco na produção teórica das relações raciais no Brasil, estão os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson

do Valle Silva nas décadas de 1970 e de 1980. Eles mostraram que, apesar do desenvolvimento social e econômico do país, o negro continuava em situação de inferioridade na sociedade brasileira. Hasenbalg e Valle Silva, utilizando-se dos dados produzidos pelos Censos do IBGE, analisaram a situação da população negra em relação à população branca, e constataram que a discriminação racial era o principal elemento na manutenção de desigualdade, apesar das mudanças estruturais no Brasil.

Pesquisas e muitos estudiosos nas décadas posteriores mostraram a persistência dessas desigualdades. Também o Movimento Negro denunciava continuamente as diferenças e as injustiças causadas pelo racismo. Hoje, poucos ousam defender a existência de uma democracia racial, mas ainda existem aqueles que insistem nesta tese. É nesse contexto que muitos se opõem às políticas de ação afirmativa, visto que elas poderão romper com as desigualdades e as injustiças que permeiam toda a história do negro no Brasil.

As Políticas de Ação Afirmativa

As políticas de ação afirmativa são uma resposta à constatação oficial daquilo que o Movimento Negro vinha divulgando há anos: as desigualdades raciais e o persistente racismo que determinam o destino da grande parte da população brasileira, a negra.

Alguns estudiosos analisam os mecanismos de manutenção da desvantagem e da naturalização da situação de inferioridade da população negra, como racismo institucional.¹⁰

As desvantagens aparecem nos dados oficiais e não-oficiais que mostram que os negros têm menor expectativa de vida, menos acesso

¹⁰ SILVÉRIO, Valter Roberto. “Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, Nov 2002, no.117, p.219-246 e WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* São Paulo: Perspectiva, 2006.

aos cuidados à saúde, menor rendimento, ainda que, com o mesmo número de anos de estudo, maior taxa de desemprego em todas as faixas etárias, aumentando as dificuldades quando se agrega a variável sexo, considerando-se a mulher negra.

Os indicadores sociais e econômicos mostram a posição de inferioridade da população negra, e poucos contestam esses indicadores. Mas, ainda existem aqueles que contestam a existência do racismo e, sobretudo, se opõem às iniciativas de mudança deste quadro responsável pelas possibilidades reduzidas de exercício da cidadania numa democracia.

Ninguém é aparentemente responsável por este tipo de situação. É nesta perspectiva que Michel Wieviorka considera a existência do racismo institucional no Brasil:

Aparece como um conjunto de mecanismos não percebido socialmente e que permite manter os negros em situação de inferioridade, sem que seja necessário uma ideologia racista para fundamentar a exclusão ou a discriminação. O sistema, nesta perspectiva, funciona sem atores, por si próprio, ele não tem necessidade de teorização para fundamentar ou justificar o racismo (WIEVIORKA, 2006, p. 168).

A discussão das políticas de ação afirmativa tomou dimensão nacional e internacional, com maior visibilidade nos últimos anos; contudo, convém lembrar que a temática já aparece no Brasil em 1950 durante a realização do I Congresso do Negro Brasileiro. O Congresso teve repercussão na então colônia portuguesa, Angola, numa notícia que também informava sobre o Jornal *Quilombo*, publicada em 25 de

¹¹ VAN-DÚMEM, Domingos. Breve notícia sobre o I Congresso do Negro Brasileiro. In PIRES LARANJEIRA (org.). *Negritude de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Braga (Portugal): Ângelus Novus, 2000.

¹² Jornal *Quilombo*, n. 4, p. 3 (julho 1949), in *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* / Edição Fac-similar do jornal dirigido por ABDIAS DO NASCIMENTO; apresentação de Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento; Introdução de Antonio Sérgio Guimarães. São Paulo: FUSP, Ed. 34, 2003, p. 49.

junho de 1950, em Luanda¹¹. O *Quilombo*¹² divulgava em seus números, na página de capa, o “Nosso programa”, que incentivava a luta para combater o racismo e as desigualdades. As estratégias consistiam em:

Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do Brasil, inclusive nos estabelecimentos militares... QUILOMBO, 1949, n. 4, p. 3).

Maria José de Rezende¹³, estudiosa do pensamento social brasileiro, mostra que as reivindicações presentes no Congresso estavam em sintonia com Guerreiro Ramos que, na década de 50, defendia a reserva de vagas para negros como instrumento apto para diminuir as diferenças entre negros e brancos:

Relativamente a procedimentos, Guerreiro Ramos considerava também adequada tanto a busca de meios para inserir os negros nas listas de candidatos a funções públicas eletivas quanto a pressão sobre governantes para que tomassem medidas efetivas contra as discriminações. Ele endossava a proposta de cotas para que os negros adentrassem o espaço da política institucional. Ou seja, as agremiações partidárias deveriam ter, obrigatoriamente, um percentual de negros candidatos a deputados, vereadores, senadores, etc. Esta sugestão do I Congresso era considerada, por ele, totalmente acertada (REZENDE, 2006, p. 5).

Somente após anos e anos de luta, começa-se a discutir a implantação das políticas de ação afirmativa no Brasil. Avaliando-se o alcance das ações até agora implementadas, vê-se que elas representam

¹³ REZENDE, Maria José de. “O negro no pensamento social brasileiro em meados do século XX: retomando as discussões de Alberto Guerreiro Ramos para subsidiar a aplicação da Lei 10.639/03”. Texto apresentado no Seminário: *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 2006, na Universidade Estadual de Londrina, Paraná.

uma tímida resposta ao tão grave problema da falta de oportunidades para um segmento da população brasileira, sem contar a violência da discriminação racial.

Bibliografia

CHOR MAIO, Marcos. “O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO”. *História, Ciência e Saúde*, vol. V (2), julho-outubro 1998, p. 375-413.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. “Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia. *Educação e Pesquisa*, jan./jun. 2003, vol.29, no.1, p.93-107.

Jornal *Quilombo*, n. 4, p. 3 (julho 1949), in *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* / Edição Fac-similar do jornal dirigido por ABDIAS DO NASCIMENTO; apresentação de Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento; Introdução de Antonio Sérgio Guimarães. São Paulo: FUSP, Ed. 34m 2003, p. 49.

REZENDE, Maria José de. “O negro no pensamento social brasileiro em meados do século XX: retomando as discussões de Alberto Guerreiro Ramos para subsidiar a aplicação da Lei 10.639/03”. Texto apresentado no Seminário “*História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*”, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto na Universidade Estadual de Londrina, Paraná.

ROLNIK, Raquel. “Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 17, 1989, Rio de Janeiro, p. 29-41.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*: 3 ed. São Paulo: Nobel, 2003.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SCHWARCZ, Lília. “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade”. In *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 173-242.

SCHWARCZ, Lília. “Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil”. In VILLA LOBOS, Gláucia e GONÇALVES, Marco A. (orgs.) *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995, p. 177-191.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto. “Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, Nov 2002, no.117, p.219-246.

VAN-DÚMEM, Domingos. Breve notícia sobre o I Congresso do Negro Brasileiro. In PIRES LARANJEIRA (org.). *Negritude de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Braga (Portugal): Angelus Novus, 2000.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações no espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. 1991, Tese (doutorado em Ciências Sociais), PUC/SP, São Paulo.

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* São Paulo: Perspectiva, 2006.